

CÍRCULOS DE CULTURA E ASSOCIAÇÕES DE PROSTITUTAS: APRENDENDO A DIZER SUA PALAVRA

Fabiana Rodrigues de **Sousa** – UNISAL

Agência Financiadora: FAPESP

Resumo

Esse artigo apresenta reflexões tecidas em pesquisa de pós-doutoramento realizada em diálogo com mulheres que participam de associações de prostituta nas cidades de Belo Horizonte, Campina Grande, João Pessoa e Recife. Ancorada no referencial da Educação Popular, a referida pesquisa objetivou compreender como prostitutas se educam em sua trajetória de militância. Os resultados da investigação engendram o entendimento de que o processo de organização de prostitutas em associações, bem como o planejamento e execução de ações educativas nessas associações, têm fortalecido a leitura crítica da realidade e o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança - elementos necessários para o engajamento dessas mulheres na luta por direitos e por sua autonomia. As ações educativas realizadas no interior dessas associações funcionam como círculos de cultura, nos quais essas mulheres vão aprendendo a “dizer a sua palavra”, na medida em que assumem sua condição de sujeito, re-vivem criticamente suas experiências e expressam suas demandas e sua estética.

Palavras-chave: Prostitutas. Círculo de cultura. Confiança. Autonomia.

CÍRCULOS DE CULTURA E ASSOCIAÇÕES DE PROSTITUTAS: APRENDENDO A DIZER SUA PALAVRA

Nesse artigo são tecidas considerações acerca de ações educativas planejadas e executadas por prostitutas militantes que participam de associações da categoria, com intuito de argumentar que tais ações funcionam como ‘círculos de cultura’ à medida que favorecem a construção de autoimagens positivas acerca desse segmento social e contribuem para o desenvolvimento de uma postura mais crítica por parte dessas mulheres em relação a sua cotidianidade, possibilitando que elas se assumam enquanto sujeito de sua prática.

As reflexões, ora apresentadas, são resultados de pesquisa de pós-doutoramento realizada em diálogo com mulheres militantes que participam das seguintes associações: Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG - Belo Horizonte/MG), do Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo (CIPMAC - Campina Grande/PB), Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB - João Pessoa/PB) e Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS - Recife/PE). Ancorada no referencial da Educação Popular, essa investigação buscou compreender como prostitutas se educam em sua trajetória de militância por meio do movimento de “confiar desconfiando”.

Em alusão à obra de Paulo Freire e Ira Shor (1986), em que os autores analisam o cotidiano do professor, é possível observar que o cotidiano das prostitutas, assim como o dos educadores, também é marcado por medo e ousadia. Confiar desconfiando é um movimento traçado por essas mulheres que se encontram numa constante busca por equilíbrio entre o medo que resulta da percepção de riscos relativos à prestação de serviços sexuais e a ousadia em vivenciar novas experiências (obter renda necessária para adquirir independência financeira, possuir múltiplos parceiros sexuais, viajar, conhecer novas pessoas e lugares, dentre outras). Destarte esse movimento não deve ser interpretado como forma de imobilismo, mas sim como estratégia empregada por essas mulheres com intuito de apreender as intenções das pessoas que delas se aproximam e as consequências das interações estabelecidas em contextos de prostituição.

O pesquisador José Miguel Olivar (2013), que tem se dedicado a investigar essa prática social, alerta-nos sobre o risco de destruir a experiência insurgente das prostitutas ao concluir que a desconfiança é consubstancial à vida na prostituição. Procurando conhecer mais sobre essa categoria, Olivar (2013) indagou Gabriela Leite¹ acerca de seu entendimento sobre o movimento de confiar desconfiando e ouviu dela que o exercício da prostituição, antes de ensinar a desconfiança, ensina uma “confiança contingente”, já que todas as pessoas (clientela, pesquisadores, organizações parceiras) que se aproximam das prostitutas com intenção de tornarem-se aliadas comumente visam a tirar alguma vantagem do trabalho exercido pela prostituta.

Cabe ressaltar que nutrir uma confiança contingente não se configura como ação adotada somente por prostitutas. Como resultado do individualismo moderno, há uma

¹ Precursora do movimento de organização de prostitutas no Brasil, fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, da ONG Davida e da grife Daspu. Exerceu prostituição nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e dedicou sua vida à defesa dos direitos e protagonismo da prostituta.

crescente dificuldade em confiar nas pessoas e alastra-se a suspeita em relação aos outros e a suas intenções. Bauman (2009, p.16), aludindo à obra de Robert Castel, advoga que a sociedade moderna “foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade”.

O autor afirma, ainda, que essa sensação de medo e insegurança se acentua com a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida que resulta na ampliação dos deslocamentos transnacionais. Bauman (2001) usa essa metáfora para designar as mudanças sociais decorrentes das profundas transformações econômicas, culturais e sociais, em âmbito mundial, ocorridas a partir das últimas décadas do século XX. A modernidade sólida se pautava em modelos cristalizados e na busca pela perfeição, já a modernidade líquida caracteriza-se pela impermanência, tudo é fluído, posto que haja uma constante mudança de formas. Sendo assim, administrar o medo foi tarefa que o Estado moderno teve de enfrentar desde o início, ao passo que o controle estatal foi se reduzindo (a chamada *desregulamentação*) e foram se rompendo os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou corporação.

A dissolução dos laços comunitários nos transformou em indivíduos *de jure* (de direito), no entanto circunstâncias opressivas dificultam que atinjamos o status implícito de indivíduos *de facto* (de fato). “Se, entre as condições da modernidade sólida, a desventura mais temida era a incapacidade de se conformar, agora – depois da reviravolta da modernidade “líquida” – o espectro mais assustador é o da inadequação” (BAUMAN, 2009, p.21-2). Aqueles que são considerados inadequados – criminosos ou excluídos do trabalho - são impelidos à marginalidade, pois são percebidos como inaptos ao convívio social e, portanto, como pessoas que precisam ser mantidas à distância a fim de evitar problemas para a comunidade respeitosa das leis e normas vigentes.

O processo de marginalização das prostitutas e de construção de sua inadequação social é perceptível na busca pelo confinamento dessas mulheres nas chamadas “zonas de prostituição” ou simplesmente “zona” – delimitação de locais onde pode ou não haver a oferta de serviços sexuais a fim de demarcar fronteiras simbólicas que distingue territórios entre decentes e indecentes. A marginalização dessas mulheres é reforçada pela ambígua política brasileira de tolerância à prática da prostituição, a qual tolera a oferta e demanda de serviços sexuais (prostituta e sua clientela não são

criminalizados), mas condena todo o entorno dessa atividade (criminalizando rufiões, mantenedores de casas noturnas e aqueles que favorecem a prostituição).

A inadequação social da prostituta alimenta-se, ainda, pela recusa por parte de diferentes setores da sociedade brasileira em conceder à prostituta o status de integrante da classe trabalhadora. Embora exercendo uma ocupação reconhecida, desde 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações, a prostituta não alçou ainda à condição de trabalhadora e permanece sem acesso aos direitos trabalhistas, o que pode ser apreendido no modo como foi e vem sendo encaminhados os projetos de lei nº 98/2003² (proposto por Fernando Gabeira) e nº 4211/2012³ que visam a regulamentar a prática da prostituição no Brasil. A argumentação apresentada para refutar esses projetos de lei está invariavelmente atrelada ao pretexto de combater a exploração sexual da mulher e em não legitimar a prostituição, posto que essa prática seja considerada como incompatível à dignidade das mulheres. Todavia, sob o pretexto de proteger a prostituta, se oculta uma tendência em não reconhecer o exercício voluntário da prostituição e, conseqüentemente, em negar a quem se ocupada dessa atividade a condição de integrante da classe trabalhadora.

O discurso médico também colaborou com a construção de imagens e representações, nas quais a prostituta figura como ser menos⁴. De acordo com a historiadora Margareth Rago (1997), desde meados do século dezenove, o discurso médico - masculino e moralizador - presente nas diversas teses de doutoramento defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia forjou um modelo normativo de feminilidade ao inculcar nas mulheres a aceitação de que sua “vocaçao natural” consistia em ser mãe e educar os filhos. As mulheres que não atendiam esses requisitos “inscreviam-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime (p.79)”.

² Após ser arquivado diversas vezes, o projeto de lei nº 98/2003 foi analisado em 2007 por um grupo composto por treze parlamentares de diferentes filiações partidárias e foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que acolheu o parecer do relator Antônio Carlos Magalhães Neto contrário à proposta.

³ Projeto de lei proposto por Jean Wyllys como fruto do diálogo com militantes de associações de prostitutas. Atualmente o projeto de lei tramita na Câmara e terá como relator o deputado pastor Eurico designado pelo deputado pastor Marco Feliciano – presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

⁴ Termo cunhado por Freire (1970) para indicar a distorção da vocação humana de Ser mais. Ser menos consiste em ser coisificado, isto é, em ter sua humanização negada.

Ao analisar o saber médico e a prostituição, a partir de textos produzidos no Rio de Janeiro entre 1840 e 1890, a historiadora Magali Engel (2004, p.73) conclui que os médicos concebiam “a sexualidade como função orgânica vinculada a necessidade de reprodução”, destarte a prostituição fora inserida “no espaço da sexualidade pervertida”, uma vez que se vinculava às ideias de “prazer excessivo e não reprodução”. O discurso médico, até então, era formulado a partir de duas temáticas centrais e contrapostas: “a da *prostituição*, concebida como espaço de sexualidade doente, como lugar das perversões; e a do *casamento*, concebido como instituição higiênica e único espaço da sexualidade sadia”.

Nesse sentido, é possível constatar no discurso médico os reflexos de uma ideologia que classifica as mulheres em “boas” ou “más”, isto é, entre as que procuram ou não seguir às convenções e papéis impostos socialmente a elas. A mulher boa é, frequentemente, associada à esfera privada, ela é mãe/filha/avó/esposa do lar, comedida e paciente, ao passo que a mulher má, comumente, é associada à vida pública, ela é degenerada/desviante/amante/puta e age por impulso. Sendo associada ao polo das mulheres más, recai à prostituta uma desvalorização extrema que se manifesta por ações de violência física ou violência simbólica que se efetiva por meio de dispositivos que visam a negar que a mulher prostituta pode exercer papéis sociais e possuir atributos associados às demais mulheres (JULIANO, 2004).

Refutando esses binarismos boa/má, santa/puta, vida privada/vida pública, em seu livro intitulado ‘Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta’, Gabriela Leite (2009) apresenta sua trajetória desde a infância até tornar-se prostituta e militante na busca pelos direitos das mulheres que prestam serviços sexuais. Sua narrativa demonstra que ser prostituta não anulou a coexistência de outras formas de ser/estar no mundo, posto que também vivenciou na pele o que é ser filha, mãe, avó, estabeleceu vínculos afetivos, casou-se, isto é, se movimentou no mundo como fazem as diversas mulheres. Ao longo de sua narrativa, Leite (2009) aponta que ser prostituta não implica em assumir a posição de vítima e afirma a necessidade de figurar como sujeito de sua prática capaz de identificar os mecanismos de opressão e criar estratégias para enfrentá-los.

A fim de combater a perspectiva reducionista que tende a retratar a prostituta como vítima ou como socialmente inadequada, prostitutas militantes destacam que a afirmação de seu protagonismo e autonomia, aliada à busca pelo reconhecimento de sua ocupação como atividade trabalhista, constituem-se como principais demandas das

associações da categoria ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas. Suas demandas desvelam que elas estão cientes de que a busca por sua humanização requer a denúncia dessas representações negativas e estereótipos, bem como o anúncio de autoimagens positivas e percepções humanizantes sobre as prostitutas.

Os depoimentos das mulheres participantes da pesquisa, apresentados adiante, estão em consonância com essas demandas e desvelam que a afirmação de seu protagonismo configura-se como processo educativo relevante na busca por sua autonomia.

Educação popular e círculos de cultura

isso de querer
ser exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além
(LEMINSKI, 2013, p.228)

Com base nos aportes da Educação Popular, o fazer pesquisa constitui-se como processo relacional entre pesquisador e participantes da pesquisa que, juntos, visam a problematizar a realidade; é nesse sentido que podemos afirmar que o fazer dialógico não se volta a pesquisar certo grupo social, antes busca o estar com membros desse grupo social e com eles fazer a leitura da realidade.

O diálogo visa a problematizar o próprio conhecimento (científico, técnico ou de experiência) “em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 1977, p.52). Assumindo essa compreensão do diálogo, educadores e pesquisadores populares buscam desenvolver ações educativas e pesquisas voltadas a desconstruir estereótipos e imaginários negativos disseminados acerca de grupos sociais populares, dentre eles o de que tais grupos não possuem cultura, conhecimento ou saberes e que precisam ser preenchidos recebendo depósitos de cultura ilustrada e conhecimentos científicos.

Ciente de que não há saber e nem ignorância absoluta, Freire (2010, p.29), ressalta “não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo”. Os círculos de cultura são espaços para

encontro do ser humano para pronunciar o mundo e partilhar seus saberes relativos, construindo juntos novas formas de perceber a realidade e, conseqüentemente, novas possibilidades de, nela, movimentar-se e de agir sobre ela.

Os círculos de cultura são assim denominados, pois dispõem participantes em “rodas de pessoas” sem que nenhuma delas ocupe lugar proeminente, para que juntas possam problematizar as condições de sua existência, refletir sobre os problemas que lhes desafiam e, assim, re-criar criticamente o seu mundo. No círculo de cultura, o diálogo é mais que uma técnica para articulação do grupo, já que funciona como diretriz e fio condutor da experiência educativa vivenciada no coletivo (BRANDÃO, 2010).

Os participantes do círculo de cultura:

Encontram-se e reencontram-se todos no mesmo mundo comum e, da coincidência das intenções que o objetivam, ex-surge a comunicação, o diálogo que critica e promove os participantes do círculo. Assim, juntos, re-criam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora podem ver ao revés. No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências” (FIORI, 1970, p.3)

Ao tomar parte dos círculos de cultura, seus integrantes vão aprendendo a dizer a sua palavra, isto é, a “re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo” (FIORI, 1970, p.5), dessa forma, passam a perceber-se como sujeitos de sua prática e podem, assim, assumir a história em suas mãos. Essa percepção favorece a autoconfiança necessária para o engajamento na transformação da realidade.

Diante do exposto, consideramos que as diferentes ações educativas e culturais desenvolvidas por associações de prostitutas (tais como rodas de conversa, oficinas, peças de teatro, desfiles de moda, corridas, concursos de beleza e simpatia) funcionam como círculos de cultura, uma vez que favorecem o desenvolvimento da autoconfiança da mulher prostituta e fomentam a denúncia e o questionamento de percepções depreciativas associadas a essa prática social e às mulheres que dela se ocupam. Tais ações educativas e culturais são caracterizadas pelo uso de diferentes linguagens e recursos artísticos (música, artes visuais, teatro, expressão corporal, dança, etc), pela busca de articulação intersetorial e emprego de metodologias face-a-face que favorecem vínculos de confiança e amizade entre as pessoas participantes.

Com intuito de engendrar um novo olhar acerca da prostituta, no qual ela seja percebida como cidadã e não como vítima, as ações educativas e culturais são desenvolvidas pelas associações de prostitutas em parcerias com diversos segmentos sociais. Como exemplo que ilustra o esforço por unir diversos setores na execução de

suas atividades podemos apontar: a consolidação do Ponto de Cultura do CIPMAC - resultado de articulações com os setores da saúde, da cultura e da assistência social. Ou ainda a iniciativa da APROSMIG que estabelece parceria com a DASPU – grife ligada à ONG Davida (organização de prostitutas do Rio de Janeiro), com a equipe do Shopping UAI (rede de shopping popular de Belo Horizonte) e com coletivos de travestis e transexuais de Belo Horizonte para o desenvolvimento do evento Miss Prostituta realizado desde 2012.

Além disso, para o Seminário realizado em junho de 2013 com intuito de debater a regulamentação da profissão da prostituta, foram estabelecidas articulações entre a APROSMIG e a equipe da polícia militar de Belo Horizonte, com pesquisadores que investigam a prática da prostituição em distintas universidades, com integrantes da Pastoral da Mulher Marginalizada e da Central Única dos Trabalhadores de Belo Horizonte, com distintos profissionais da área da saúde, com grupos feministas (Coletivo Marcha das Vadias de Belo Horizonte), com movimento LGBT (na parceria com a ONG Libertos), dentre outros.

Essa busca por articulações com diversos setores também permeia as ações desenvolvidas pela APPS, o que pode ser depreendido na conversa com Nanci Feijó - presidente da associação - quando ela destacou a parceria da APPS com o movimento LGBT (na organização coletiva da Parada do Orgulho Gay), com movimento feminista e antirracista (na parceria com a ONG Cidadania Feminina), com os setores da saúde e dos direitos humanos, etc.

Os dados obtidos ao longo da pesquisa permitem concluir que, ao participarem dessas ações educativas e das rodas de conversas desenvolvidas nas associações da categoria, prostitutas vão tecendo, em comunhão, projetos de vida coletivos, nos quais pronunciam o mundo de maneira autêntica e defendem o direito de ser, não apenas tolerada, mas respeitada como puta. Como no poema “Incenso fosse música” de Paulo Leminski (2013) – epígrafe desta seção - essas mulheres projetam-se para além do percebido e afirmam o direito de ser quem elas são.

Fiando novas formas de perceber a prostituta

Para compreender como prostitutas militantes se educam no movimento de confiar/desconfiando foram realizadas rodas de conversa com 12 mulheres que exercem ou já exerceram prostituição e que participam de associações da categoria. Em seus

depoimentos essas mulheres apresentaram suas histórias e os caminhos percorridos antes e após ingressarem na prática da prostituição, seus anseios, sonhos e projetos de vida que podem ser compreendidos como tramas que vão sendo tecidas a várias mãos, incorporando a cada dia um novo ponto – fruto de uma nova leitura da realidade, de uma nova percepção de si e de novas aprendizagens que vão se constituindo a partir de suas relações no e com o mundo.

Prostitutas militantes “com-fiam”, isto é, tecem juntas novas formas de perceber a si e a sua prática. Nessa tecitura coletiva, passam a sentir-se parte de um grupo, sentem-se útil, deixam de lado a timidez, desenvolvem autoconfiança, fortalecem a autoestima e aprendem, assim, a expressar o seu ponto de vista, a olhar nos olhos, a construir vínculos de amizade e solidariedade, tornando-se capazes de assumir-se como sujeitos de sua prática e a dizer a sua palavra.

Luza – presidente da APROS-PB- afirma que tem aprendido muito no exercício da prostituição e nas experiências de luta por seus direitos. O fortalecimento da autoestima, o cuidado de si e o conhecimento de seus direitos são destacados como processos educativos resultantes de sua participação no movimento social.

Ai mulher, eu aprendi muito, acho que mais que qualquer coisa a autoestima, sabe? A autoestima que eu não tinha. Eu algum tempo atrás, eu nem sequer me identificava, né? Eu não dizia que eu era prostituta, eu dizia que eu era doméstica, eu dizia que eu era qualquer outra coisa menos prostituta, mas aí depois que eu conheci meus direitos, que eu sei que prostituição não é crime, não é? Isso é que foi a grande aprendizagem que eu ganhei através do movimento, eu acho que só fui aprender no movimento mesmo, no movimento social. E muito conhecimento dos meus direitos, da questão da saúde, né? A me cuidar melhor, a cuidar mais de mim.

Luciene, por sua vez, destaca que, além do cuidar de si, perder a timidez e adquirir autoconfiança necessária para expressar sua opinião e olhar nos olhos de seu interlocutor constituem-se como processos educativos resultantes de sua participação na APROS-PB.

Eu já fui bem mais tímida, mas conforme eu fui participando do movimento, eu fui me soltando [...] o que eu melhorei, na APROS, foi falar. Assim, igual eu falei, eu não conseguia falar com ninguém e olhar no olho, sou toda tímida, tinha vergonha. Se eu fosse numa reunião, até mesmo em negócio de igreja mesmo, eu ia morrendo de vergonha, achava que estava todo mundo me olhando. Não, hoje eu vou pra uma reunião, se for o caso de falar na reunião eu falo. Depois que eu conheci a APROS eu me animei mais, passei a me cuidar mais.

A participação em uma organização de mulheres pode animar essas mulheres mobilizando-as a partilhar suas experiências, conhecimentos e sonhos, favorecendo a apreensão da força da coletividade e do colocar-se em movimento, que rompe com a percepção fatalista frente às situações-limite. Sobre a participação das integrantes da APROS-PB Luza avalia:

A gente participa, a gente quer estar em movimento por conta disso, o movimento foi muito bacana com a gente! E a gente foi bacana também com o movimento, a gente está participando do movimento. E a gente vem somando forças assim, juntando todo mundo.

Somar forças para assumir-se como prostituta e resistir aos mecanismos de opressão com que se deparam cotidianamente são outros exemplos de processos educativos tecidos coletivamente por essas mulheres no exercício de sua ocupação e na militância por seus direitos. Para aludir a essa resistência, é comum o emprego da metáfora da “cabeça erguida”, como pode ser observado nos respectivos depoimentos de Laura – vice-presidente da APROSMIG:

Nunca me prostitui usando nome fictício porque eu ando de cabeça erguida, sou uma prostituta que entro no hotel de cabeça erguida e saio de cabeça erguida! Eu costumo dizer que eu não devo nada a ninguém, nem mesmo à Justiça!

Aprender a enfrentar o preconceito é, portanto, processo educativo elementar na formação da prostituta militante. Sobre esse enfrentamento Luza diz:

A gente tem que sair é de cabeça erguida mesmo! Tem que levantar a cabeça, tem que dar a cara a tapa, não tem essa não. Porque se a gente for sair de coitadinha também não vai adiantar não, melhor que fique lá! [...] Não vamos ter preconceito com a gente não, porque se eu tenho preconceito comigo, como eu vou enfrentar o preconceito lá fora, das outras pessoas da sociedade, né?

Marli – coordenadora de projetos da APROS-PB – comenta que, embora não seja possível impedir que as pessoas tenham preconceitos, é possível exigir tratamento respeitoso. Exigir respeito é uma estratégia empregada por ela para enfrentar o preconceito.

Exigindo respeito porque a gente não pode dizer “você não vai ter mais preconceito”. Não é pra ter, mas a gente não pode fazer isso, só pode exigir

que a pessoa respeite e que aceite a pessoa do jeito que ela é. A cada pessoa, pois cada pessoa tem suas diferenças, né? Acho que é isso né?

Todavia, a fim de superar o preconceito e obter êxito no trabalho de tecer novos olhares sobre a prática da prostituição e sobre si, essas mulheres se empenham também no ato de “des-com-fiar”, entendido aqui, como ação de denunciar, problematizar e desconstruir as imagens depreciativas associadas à figura da prostituta. Des-com-fiar consiste em desatar coletivamente os fios que se cruzam e estruturam o tecido das representações e estereótipos comumente veiculados sobre a figura da prostituta e que legitimam a discriminação e violência a que são submetidas.

Marli fala também sobre o preconceito presente no discurso de pessoas que costumam passar em zonas de prostituição, como o Pavilhão do Chá localizado em João Pessoa, e insinuam que as prostitutas deveriam ocupar seu tempo lavando roupa – atividade doméstica considerada como digna e compatível à mulher honesta. Nas entrelinhas desse discurso é perceptível a condenação moral à prática da prostituta, cujo ofício é tido como menos digno que a atividade exercida por quem se ocupa da lavagem de roupas.

Aí o pessoal quando passa diz “Não tem o que fazer vai arrumar uma lavagem de roupas”! Se a gente paga a lavadeira, né? Aí como é que a gente vai procurar lavagem de roupa se a gente tem lavadeira que lava a roupa da gente.

A reprovação moral e a inadequação social da figura da prostituta alimentam-se de atributos depreciativos como drogada, alcóolatra, fraudulenta e desleal, frequentemente associados à mulher que presta serviços sexuais. Refutando tais adjetivos Laura comenta:

Eu costumo falar que eu trabalho na prostituição sem vergonha, sem medo, porque eu acho que a mulher para ser uma prostituta ela não tem que se drogar, ela não tem que ser alcóolatra, ela não tem que se envolver em falcaturia. Ela tem que ser uma boa profissional, uma amante leal, uma prostituta que trata bem o cliente, respeita o cliente e que chega até o limite de conhecer o próprio cliente.

Milene – do CIPMAC – aponta outras metáforas, tais como destruidora de lares e vetor de doença, as quais são empregadas para estigmatizar a prostituta e associá-la a tudo o que não presta.

Existe o preconceito, a discriminação de que cabaré é o lugar onde só tem coisas ruins, aquele estigma de que é a prostituta que passa doenças, é a prostituta que é drogada, é a prostituta que rouba, né? Ela é tudo o que não

presta, destruidora de lares, essas coisas, esse monte de estigma que existe em cima da prostituta.

A desvalorização social, aliada à percepção de exercer uma ocupação moralmente reprovada, pode se configurar como justificativa para a negação da condição de ser/estar prostituta. Luciene ironiza queixas apresentadas por prostitutas que dizem que não aguentam exercer essa atividade, mas que se dedicam permanentemente a esta ocupação:

Tem mulher que diz: “Oh mulher, eu não aguento mais não, é tão ruim (*referindo-se à prática da prostituição*). Eu vou sair”! Ai quando tu volta lá, ela está lá de novo! Ai pronto, mulher, como é que um negócio que é ruim, que você acha que é ruim e não sai de dentro, não é?

Como parte do processo de construção de novos olhares sobre sua prática social, as participantes da pesquisa apontaram em seus depoimentos elementos que garantem sua permanência nessa ocupação, quais sejam a flexibilidade no horário de exercício da ocupação, isto é, a possibilidade de trabalhar o dia que deseja e não precisar cumprir uma jornada extensa, ou ainda, exercer sua atividade sem ter a presença de patrão dizendo como se vestir ou como se comportar no modo de atender a clientela. Luza fala sobre sua opção por trabalhar em ruas e praças:

Porque nas casas tem a história de dono porque aí ele limita a sua liberdade. E na praça não, na praça eu vou quando eu quero, eu chego a hora que eu quero, eu saio quando eu quero. Eu tenho mais autonomia. E a casa é diferente, na casa você tem que beber, você, né? Eu nunca gostei dessa história de tá dançando com o cliente. Às vezes o cliente chega na zona e pega uma cerveja. Você vai beber uma cerveja com ele, vai dançar, vai fazer... Não, pelo amor de Deus! Não! Às vezes acaba que ele gasta o dinheiro todinho na mesa, você fica bêbada e sem dinheiro. Porque aí ele não tem mais dinheiro pra fazer o programa. Aí eu prefiro estar na rua.

Em consonância com Luza, Marli também preferia exercer trabalho sexual nas ruas por considerar que desse modo possuía mais autonomia para selecionar a clientela e estabelecer o preço cobrado pelo programa.

Você chega a hora que você quer, a hora que você quer você vai embora pra casa, entendeu? Você vem no dia que quer, não tem quem manda em você. Você sai com quem você quiser, não tem quem diga: “Ah você tem que sair com esse, você é obrigada”. Não. Você sai com aquele que você quer, você cobra o que você quer, você bebe no dia que você quiser, no dia que você não quiser você não bebe. Autonomia. A praça é melhor!

As memórias, histórias e vivências das participantes da pesquisa mostram que, ao tomar parte de associações da categoria, essas mulheres aprendem a dizer sua

palavra, ao denunciarem mitos e preconceitos que recaem sobre a prática da prostituição e às pessoas que se ocupam dessa atividade. Sua palavra vai sendo pronunciada por meio do uso de diferentes linguagens, pela tecitura de novos olhares, saberes e valores sobre si e sobre seu fazer. Na convivência, ao compartilhar infortúnios, riscos, aprendizagens, prazeres e curtição, essas mulheres podem se re-inventar e re-criar sua existência experimentando, dessa forma, “a aventura de contar-se”.⁵

Dizer a sua palavra, contar-se, pronunciar o mundo é entendido, aqui, como movimento traçado pelas prostitutas participantes da pesquisa no sentido de expulsar a “sombra” do opressor de que nos fala Freire (1970). Essa expulsão requer a denúncia da perspectiva vitimizante que antes as absorviam – o que vem sendo feito por meio do questionamento de estereótipos e representações depreciativas veiculadas sobre a prostituta e por meio da problematização de tais imagens – que vem sendo efetivada pela criação de autoimagens positivas (sujeito, agente, autonomia, autodeterminação).

Os resultados da referida pesquisa ratificam, portanto, a assertiva de Olivar (2013, p.288) que afirma que a autonomia apresenta-se “como base axiológica da luta” das prostitutas militantes que visam a positivar a sua prática. Ao longo desse artigo, buscamos desvelar como as participantes da pesquisa - por meio de suas ações educativas - vêm tecendo a aventura de contar-se, isto é, vêm costurando fios que visam a tirar a experiência cultural da prostituição do lugar de marginalidade ressaltando sua legitimidade.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. _____ . **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos R. Círculos de cultura. In. STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense; 2004.

FIORI, Ernani M. Aprenda a dizer sua palavra. In. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p.1-15.

⁵ Título de obra de Margareth Rago (2013) que apresenta experiências de invenção subjetiva e de inserção política de sete mulheres (dentre elas Gabriela Leite) que com suas práticas concretas e seus modos de pensar feministas produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente, no que tange às questões de moral, sexualidade, modelos de feminilidade e corporeidade.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 32ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JULIANO, Dolores. El peso de la discriminación: debates teóricos e fundamentaciones. In. OSBORNE, R.(ed). **Trabajador@s del sexo**: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Bellaterra, 2004, p.43-55.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVAR, José M. N. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ: 2013.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.